

SABERES ELEMENTARES EM MATEMÁTICA: OS CAMINHOS DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DO PARÁ NA DÉCADA DE 20

Rosineide de Sousa Jucá¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos da escola primária no Estado do Pará, com intuito de compreender como os saberes elementares de matemática figuravam nos decretos e programa de ensino da década de 20. A escassez de trabalhos sobre a história do ensino de matemática, em diferentes épocas, no Estado do Pará, nos despertou o interesse em desenvolver pesquisas nesta direção. Para a realização deste trabalho optamos pela pesquisa histórico documental-bibliográfica, pois nos debruçamos sobre os documentos oficiais do ensino primário que vigoraram na década de 20, assim como sobre os estudos realizados sobre o ensino primário neste período. Pelas análises dos documentos oficiais observamos que em relação ao método de ensino utilizado na época, predominava o método intuitivo, onde as utilizações de materiais concretos eram necessárias para a construção do conhecimento pelo aluno. Em relação aos conteúdos de matemática observamos a predominância dos conteúdos de aritmética e que o ensino de geometria, estava incorporada aos conteúdos de matemática, mas devia ser trabalhada de forma distinta. Tais conteúdos visavam um ensino prático para atender as necessidades da sociedade da época.

Palavras-chave: Educação matemática; História do ensino da matemática; Ensino primário.

INTRODUÇÃO

A investigação no campo da história de uma disciplina nos permite ter a compreensão de como se constituíram e se institucionalizaram os saberes e as práticas pedagógicas de um determinado período. Sendo assim, é que nos propomos a buscar os vestígios históricos sobre o ensino de matemática no Estado do Pará com o intuito de reconstruir essa história. O interesse pelo tema se iniciou quando comecei a ministrar a

¹ **Docente** da Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus CCSE.
E-mail: rosejuca@gmail.com

disciplina “introdução a Educação matemática” na Universidade do Estado do Pará - UEPa, pois em nossas discussões sobre a constituição da disciplina matemática e seu ensino, temos visto trabalhos de diferentes capitais do Brasil, que relatam como o ensino da matemática foi desenvolvido nestas cidades, em diferentes épocas, no entanto não encontramos estudos nesta direção, no Estado do Pará. A escassez desse tipo de trabalhos nos levou a desenvolver pesquisas nesta direção.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos da escola primária no Estado do Pará, com intuito de compreender como os saberes elementares de matemática figuravam nesta época nos decretos e programa de ensino da década de 20. Assim para a realização deste trabalho nos debruçamos sobre os decretos e programas de ensino, assim como revisamos alguns estudos que discorrem sobre o Ensino Primário no Pará na década de 20. Dessa forma, esperamos contribuir para a construção da história sobre o ensino de matemática no Pará, e de uma forma mais ampla, para as discussões sobre a história da Educação matemática na Amazônia.

Como opção do referencial teórico metodológico, escolhemos a pesquisa histórico documental e bibliográfica que possibilita um diálogo com as fontes de pesquisa que serão utilizadas. Para Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se a pesquisa bibliográfica, a única diferença entre ambas é a natureza das fontes.

No campo do estudo das disciplinas nos baseamos no estudo de Chervel (1990) e Vinão (2006), segundo os quais, para pesquisar sobre a história das disciplinas, exige do pesquisador um olhar minucioso sobre os documentos oficiais como: currículos, legislação, além dos manuais didáticos, cadernetas de professores e de depoimentos orais, que podem fornecer informações sobre o modo como uma disciplina era ministrada em uma determinada época.

Em relação a cultura escolar, nos baseamos no estudo de Julia (2001), pois a compreensão da cultura escolar em diferentes períodos é importante para compreender a constituição da história de uma disciplina e as modificações que esta foi sofrendo ao longo do tempo. Também Valente (2007) considera que os fatos históricos são constituídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa que o resultado de uma elaboração, de um

raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. No que toca ao ensino da Matemática, a investigação das culturas escolares de períodos passados depara-se, naturalmente, com a dificuldade em encontrar rastros dessas culturas no presente, e em ler e interpretar os rastros encontrados. (VALENTE & GUIMARAES, 2008. p.3).

FUNDAMENTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

As pesquisas sobre a história das disciplinas escolares têm apresentado muitos estudos nos últimos anos, seja no cenário nacional como no internacional, entre eles: Chervel (1990), Julia (2001), Viñao (2006) e Valente (2007), entre outros, esses estudos discorrem sobre a forma de constituição de uma disciplina escolar ao longo do tempo dentro da cultura escolar. Para Viñao (2006), as disciplinas escolares são construções sócio – históricas, isto é, tradições inventadas historicamente, criações sociais que se fazem e refazem na prática do cotidiano escolar graças a interação entre professores e alunos. Para este autor, é preciso no estudo de um campo disciplinar levar em consideração o seu “código disciplinar” que constitui o conjunto de ideias, valores, suposições regulamentações e rotinas práticas que regem o desenvolvimento das matérias de ensino, legitimam sua função educativa e regulam a ordem da prática de seu ensino. Além disso, tal código disciplinar trata-se:

De uma “tradição social configurada historicamente, que guarda especulação e retóricas discursivas sobre seu valor educativo, os conteúdos de ensino e os modelos da prática docente, que se sucedem no tempo e que se consideram valiosos e legítimos”, quer dizer, integrada por “discursos, conteúdos de ensino e práticas” (VINAIO, 2006, p.195)

Em efeito, estudar historicamente uma disciplina escolar nos conduz a uma a investigação de que forma seu currículo foi pensando, como estavam definidos seus conteúdos a ensinar para uma determinada época, assim como realizar uma leitura da legislação oficial que orienta as práticas e o cotidiano escolar e como tal legislação foi absorvida pela escola. Também Chervel (1990), ao discorrer sobre a história de uma disciplina aponta que é preciso analisar a legislação, que contém as finalidades e objetivos

fixados; e as práticas escolares, que mostram as finalidades reais, pois novos ensinamentos se inserem nas classes sem serem explicitamente formulados ou sem estarem expostos nas legislações. A história das disciplinas escolares tem sua especificidade nos ensinamentos da "idade escolar". A história dos conteúdos é evidentemente seu componente central; é o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe a colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Deve-se então admitir que uma disciplina mudou porque sua finalidade mudou ao longo do tempo, porque seus conteúdos não atendem às necessidades da sociedade em um determinado momento e que suas práticas ou métodos de ensino não são mais aceitáveis. (CHERVEL, 1990, p.188)

Nestes termos, a investigação da cultura escolar nos possibilita a compreensão de como se constituem, se institucionalizam e circulam os saberes e práticas pedagógicas de um determinado tempo. Para Julia (2001), fazer um inventário sistemático destas práticas, período por período, constituiria, um campo de trabalho efetivamente interessante, pois permitiria compreender as modificações, frequentemente insensíveis, que surgem de geração em geração. O autor ainda coloca que a cultura escolar é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e inculcar, e um conjunto de práticas que definem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. A compreensão da cultura escolar em diferentes períodos é importante para compreender a constituição da história de uma disciplina e as modificações que esta foi sofrendo ao longo do tempo. Assim os cadernos, livros, relatórios, atas e outras fontes oficiais ou não, se constituem em importantes fontes para a história da cultura escolar. Pois segundo Julia (2001), para se examina atentamente a evolução das disciplinas escolares, deve-se levar em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas "inovações" que não são vistas.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar os caminhos da escola primária no Estado do Pará, com intuito de compreender como os saberes elementares de matemática figuravam nesta época nos decretos e programa de ensino da década de 20.

A ESCOLA PRIMÁRIA NO PARÁ NA DÉCADA DE 20

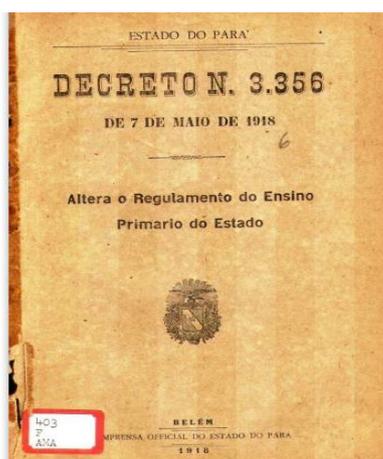
Nas primeiras décadas do século XX, começam a aparecer os primeiros traços da fisionomia de um Brasil em transformação, a abolição da escravatura, o surgimento da República, a incipiente industrialização no país, vão fornecer elementos para uma mudança no cenário nacional promovendo o surgimento de uma sociedade mais urbana que convivia com fortes elementos de um Brasil agrário e patriarcal. No Pará, mais particularmente em Belém, no final do século XIX, se observaria mudanças significativas. Tais mudanças no Estado do Pará foram causadas pela exploração da borracha e sua comercialização para o mercado internacional, ao lado de Manaus. Assim, na primeira década do século XX, Belém vivia a euforia da exploração da borracha e respirava modernidade com a inserção da Amazônia no rol do capitalismo internacional. O fluxo de riqueza causado pelo boom da borracha, entre 1870 e 1912, período conhecido de Belle Époque amazônica, provocou mudanças nos aspectos político, econômico e culturais na região. De tal sorte, que a influência dos modelos europeus, principalmente o francês, influenciaram de sobremaneira a modernização da sociedade belenense, tais influências acabaram por atingir o campo educacional, por meio dos discursos dos intelectuais e autoridades interessadas em reorganizar a instrução pública. (CARDOSO, 2013, p. 24).

A partir de então, o ensino primário iria passar por modificações em consequências de algumas reformas implantadas. A reforma do ensino primário esteve entre as primeiras iniciativas dos governos republicanos no âmbito educacional, engendradas pelo governo provisório de Justo Chermont (1889-1891). Neste governo, se empreendeu a reforma completa do ensino primário, formulando-se novo regulamento, a descentralização da administração da instrução pública, a modificação curricular do ensino primário, a adoção de novos métodos de ensino e a preocupação com a formação dos professores primários. (MORAES, 2011, p. 86).

O REGULAMENTO DE ENSINO EXPOSTO NO DECRETO DE 1918

O regulamento de ensino que orientou as escolas primária do Estado do Pará durante a década de 20 foi estabelecido pelo decreto 3356 de sete de maio de 1918. Segundo Coelho (2008), com base na instrução moral, estética e intelectual, o regulamento de 1918 estabelecia o método intuitivo como norteador da prática pedagógica do curso primário. Tal método difundido na Europa desde a segunda metade do século XIX, foi adotado nas escolas públicas brasileiras ainda na época do Império em 1879. Nas escolas primárias paraenses esse método estava previsto pelo decreto 1689 de 1910, e prevaleceu em toda a organização didático-pedagógica da escola até as primeiras décadas do século XX.

Figura 1 Decreto 3.356



Fonte: acervo de obras raras do Centur

Neste decreto, o curso primário ou elementar estava dividido em quatro anos, acrescido de um curso complementar de dois anos, obrigatório para meninos de 7 a 14 anos, e para meninas de 7 a 12 anos. Nas escolas isoladas teria apenas o curso elementar e nos grupos escolares o curso elementar e complementar. As escolas de meninas e mistas seriam regidas por professoras e as escolas de meninos seriam regidas por professoras ou professores, dando-se preferência a este último. Neste decreto aparecem também as orientações para a organização escolar, como as funções dos diretores, professores, e dos demais membros da escola, assim como orientações sobre os exames que os alunos deveriam prestar, matrículas dos alunos, das aulas, férias, recreios e horários de aulas.

Em relação ao ensino, o decreto apresentava como obrigatória a leitura, a escrita caligráfica, língua nacional, aritmética, auxiliada pelo estudo de equações algébricas, noções de história e geografia, especialmente do Brasil e do Pará, lições de coisas, que compreendiam noções concretas de zoologia, botânica e física; instrução moral e cívica, assim como elementos de higiene pessoal; noções práticas de geometria; desenho; exercícios militares e de calistênia sueca apropriados ao sexo e a idade dos alunos; prendas domésticas para meninas e cantos de hinos patrióticos e escolares.

Em relação ao ensino de matemática, a iniciação ao estudo da matemática na primeira série do curso primário começava com uma ideia de numeração, para este ensino o professor utilizava materiais concretos que auxiliassem na compreensão do valor numérico de cada algarismo. Grãos de milho, dedos das mãos, pequenos objetos e até as crianças da sala poderiam ser usadas para que os alunos pudessem aprender a contar. Após isso as operações mentais eram praticadas para que os alunos pudessem utilizar no dia a dia, somente após essas atividades práticas o professor fazia a representação escrita dos números no quadro negro. (COELHO, 2008, p.44)

As listas de materiais escolares de algumas escolas, como as escolas Femininas do Município de Bragança e de Benevides no Estado do Pará, apresentavam além de materiais comuns como lápis de cor, lápis preto, cartilhas do ABC e tabuada, uma lista de livros de autores paraenses e de outros de autores que estavam consagrados pela longevidade de suas edições. Os livros solicitados eram de língua portuguesa, contos, história pátria, geografia e matemática. Em relação aos livros de matemática temos referência aos livros *Aritmética elementar* de Antônio Trajano e de *Geometria Elementar* de Tito Cardoso, inicialmente publicado com o título de *Geometria Primária*, que foi editada em Belém pela livraria de Porto de Oliveira & Cia. (COELHO, 2008, p.46)

OS EXAMES DO ENSINO PRIMÁRIO

Em relação aos exames que os alunos do ensino primário deveriam prestar, o decreto 3.356 de 1918 estabelecia algumas orientações. Os exames para diploma do ensino primário seriam realizados na capital e interior perante comissões de seis membros. Na

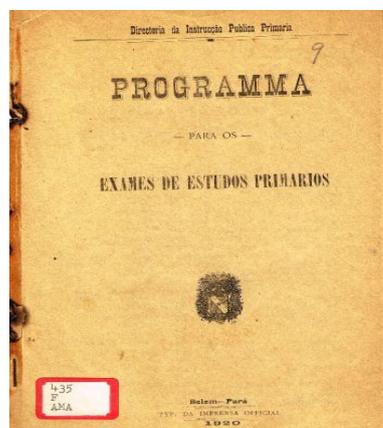
capital seriam nomeados pelo diretor de ensino, e no interior pelo Conselho escolares, dentre os professores da rede municipal e estadual de ensino. Os exames compreenderiam duas provas, escrita e oral, versando a primeira sobre português e aritmética, e a segunda sobre as demais matérias que constituíam o programa do curso. A prova de aritmética era constituída de quatro questões práticas sobre um dos pontos do programa, que seria sorteado, devendo os alunos examinados resolver duas das questões, com o auxílio das equações algébricas.

As provas seriam feitas uma após a outra, com duas horas de duração para a realização das mesmas. A chamada para a prova oral só se efetuaría, após a realização da prova escrita. Sendo que os pontos com os conteúdos sorteados para a prova escrita não poderiam fazer parte do sorteio da prova oral. Os alunos que prestavam aos exames deveriam sortear os pontos com os assuntos da prova oral e responder as perguntas de cada um dos membros da banca, com um tempo de 10 minutos.

As notas das provas nos exames eram dadas de acordo com um conceito, a nota zero (0) significava péssima; as notas 1, 2, e 3 significava má; as notas 4,5, e 6 significava sofrível; e as notas 7,8 e 9 significava boa; e a nota 10 era considerada ótima. O julgamento das provas escrita de português e aritmética seguiam os seguintes critérios: nenhum erro, nota ótima; de um a quatro erros nota boa; de cinco a seis erros nota sofrível; sete a dez erros nota má; de dez erros em diante nota péssima. Na prova escrita de aritmética entraria como critério de julgamento a correção do texto, não podendo alcançar a nota ótima a que tivesse erros de ortografia, nem a nota boa se estes erros fossem graves.

O programa para os exames de estudos primários de 1920 (fig. 2) contém os conteúdos que eram cobrados em cada uma das provas de língua portuguesa, matemática e as demais disciplinas.

Figura 2 Programa dos exames do primário



Fonte: acervo de obras raras do Centur

Os conteúdos neste programa se encontravam divididos por pontos, cada ponto representava os conteúdos que seriam cobrados nos exames orais e escritos. Os conteúdos de aritmética e geometria encontravam divididos em 20 pontos, assim como os demais conteúdos. Em aritmética alguns dos pontos eram o ponto 1: versava sobre escrita e leitura de números inteiros, noções de números primos. O ponto 2: decomposição em fatores primos, determinação do M.M.C por métodos conhecidos, soma de números inteiros. O ponto 3: somar de frações ordinárias, numeração de quantias escrita e leitura, complexos, conversão de unidades superiores e inferiores. O ponto 4: subtração de números inteiros, alteração de decimais pela multiplicação e divisão, M.D.C. por métodos conhecidos. O ponto 5: casos abreviados de multiplicação de inteiros, regra de juros simples: determinação dos juros, números complexos, conversão de unidades superiores e inferiores.

Em geometria tínhamos o ponto 1 corpo, espaço e extensão, modalidades de extensão. O ponto 2 era sobre linha. O ponto 3, 5 e 6 se referiam ao conteúdo de ângulos. O ponto 7, 8 e 12 era sobre círculo e circunferência. O ponto 9, 10, 11,13,14 era sobre os polígonos e suas propriedades. Os pontos 15,16, 17, 18 e 19 eram sobre o estudo dos sólidos geométricos. E o ponto 20 era sobre setor e segmentos esféricos, construção de triângulos.

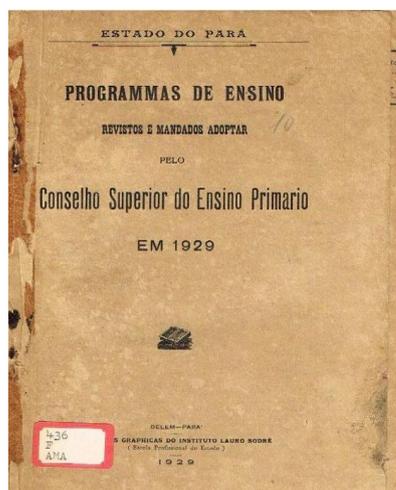
As orientações estabelecidas neste decreto prevaleceram durante algum tempo, até sofrer uma nova organização, conforme coloca Coelho (2008), para alcançar o maior

número possível de alfabetizados, o programa de 1918 foi reorganizado em 1929 com algumas modificações. A principal preocupação se detinha na leitura e escrita, pois o domínio do ler e escrever era fundamental para considerar uma pessoa como letrada. Este programa vai trazer influências da escola Nova, as orientações pedagógicas da escola nova surgiriam como a advento da modernidade na escola primária.

O PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO DE 1929

O programa do ensino primário de 1929, (Fig. 3), apresentava a divisão das séries divididas em quatro anos para o ensino elementar. Como orientações gerais, o programa de 1929 apontava o método de ensino intuitivo como sendo o mais adequado, conforme estabelecia o decreto de 3356.

Figura 3 Programa de ensino de 1929



Fonte: acervo de obras raras do Centur

As orientações do programa eram para que os professores atraíssem a atenção dos alunos para os fatos e suas relações, procedendo indutivamente e com valioso auxílio da interrogação socrática, agindo dessa forma o mestre conseguiria que o aluno organizasse, por si só, o seu próprio conhecimento, concluindo as definições e regras pela observação direta, as regras seriam exigidas pelas crianças quando elas estivessem devidamente habilitadas nos exercícios relativos, e jamais se imporia a memorização. Assim sendo, a

decoração da tabuada deveria ser evitada, e que o ensino desta deveria ser experimental, por meio de exercícios destinados a promover a compreensão das operações indicadas.

Sobre a exposição dos conteúdos, as orientações para o professor são que o mesmo deveria respeitar o encadeamento em suas explicações, fazendo derivar daí os novos conhecimentos, e somente abandonaria o assunto explorado quando suficientemente compreendido pela classe. Outra orientação é que os conhecimentos que os alunos já possuíam deveriam ser aproveitados e as noções adquiridas pelos alunos em contato permanente com as realidades da vida, deveriam ser esclarecidas e consolidadas.

Em relação a resolução de problemas, as orientações para os professores é que estes deveriam ser problemas relativamente fáceis obedecendo a criteriosa gradatividade dos problemas, a princípio exclusivamente orais, resolvidos mentalmente, depois os alunos deveriam resolver no quadro e sem auxílio de outros. O programa de ensino defende a resolução de problemas como uma importante função didática, pois prendem a atenção dos alunos, despertam o interesse e a curiosidade em relação aos resultados.

O programa apresenta as orientações para cada uma das quatro séries elementares, para o 1º ano do ensino elementar os conteúdos de aritmética são ideias de unidade e quantidade. Os números, sua enumeração e representação gráfica (até 10). Noção da dezena. Números formados de dezenas e unidades. Noção de centena. Números compostos de centenas, dezenas e unidades. Exercícios de representação gráfica. Problemas sobre as quatro operações.

Para o 2º ano do ensino elementar os conteúdos de aritmética são leitura e escrita dos números até 1.000.000. Numeração romana, seu mecanismo, exercícios relativos até 100. Representação de quantias. Estudo mais desenvolvido das quatro operações. Conhecimento elementar e prático das unidades métricas de comprimento, capacidade e peso. Emprego da balança.

Para o 3º ano do ensino elementar as orientações para o ensino de aritmética são recapitulação do ensino anterior, concernente a numeração arábica e romana, á representação monetária e as três primeiras operações. Estudo mais desenvolvido da divisão. Sistema métrico: múltiplos e submúltiplos. Noção de divisor e múltiplo. Divisibilidade: caracteres mais fáceis. Noções gerais de números primos. Determinação do m.d.c. e do m.m.c. frações ordinárias e decimais; leitura e escrita.

Para o 4º ano do ensino elementar, as orientações para o ensino de aritmética são para fazer uma revisão metódica dos programas anteriores, com estudo mais amplo, principalmente sobre a divisão. Estudo das transformações, alterações, e operações sobre as frações (ordinárias e decimais). Recíproca conversão, geratriz e dízimas, sistema métrico em geral, redução de múltiplos e submúltiplos e vice-versa.

O programa após expor o conteúdo a ser ensinado em cada uma das séries, apresentava orientações pedagógicas de como o professor deve proceder para ensinar tais conteúdos de forma a levar o aluno a compreensão do mesmo.

Para o ensino complementar as orientações do programa eram para os dois anos, para o 1º ano complementar temos a recapitulação do ensino elementar de aritmética. Ligeiros conhecimentos sobre complexos e suas diferentes transformações; conversões de medidas antigas, as modernas e vice-versa. Razões e proporções. Regras de três simples. E Para o 2º ano complementar do ensino de aritmética temos a regra de juros simples. Comissão (ou porcentagem). Regra de companhia simples (ou sociedade). Cambio: troca de moedas.

O ensino de geometria, estava incorporada aos conteúdos de matemática, mas devia ser trabalhada de forma distinta. Os conteúdos de geometria que deveriam ser ensinados era ideia de corpo e linha, estudo da superfície e dimensão dos corpos. Ângulos, círculos, circunferências e linhas. Triângulos e quadriláteros. Conhecimento de sólidos geométricos. As orientações pedagógicas do programa para o ensino de geometria sugeria que professor explicasse as figuras geométricas tomando como base as formas do corpo e de objetos conhecidos pelos alunos. Os conceitos de plano e linha deveriam ser ensinados levando em consideração o espaço físico da escola: o chão, telhado, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era apresentar os caminhos da escola primária no Pará, com intuito de compreender como os saberes elementares de matemática figuravam nas legislações, programa de ensino e dos exames finais na década de 20. Pelos documentos oficiais analisados foi possível perceber os caminhos trilhados pelo ensino primário no Estado do Pará no período em questão.

Em relação ao método de ensino utilizado na época, observou-se que este era de caráter totalmente intuitivo, onde as utilizações de materiais concretos eram necessárias para a construção do conhecimento pelo aluno. O método socrático se destaca no programa como um método de organização do pensamento do aluno para a descoberta do conhecimento a ser apreendido.

A memorização era algo descartado neste método de ensino e que o professor não deveria fazer uso em suas aulas, de tal forma que todos os exercícios propostos aos alunos deveriam levá-los a compreensão do que estava sendo estudado. A resolução de problemas aparece no programa como um recurso didático pedagógico que apresenta resultados positivos no ensino, visto que o aluno por meio da resolução de problemas desenvolveria o intelecto e seria motivado pela descoberta dos resultados.

Sobre os exames finais para adquirir o diploma do ensino primário observou-se uma exigência de conhecimento por parte dos alunos e com critérios de aprovação rigorosos. Tais exames se realizariam por meio de provas orais e escritas, que seriam avaliadas por membros de uma banca composta de professores. Os temas das provas eram sorteados pelos alunos, um tema sorteado para um tipo de prova, não aparecia no sorteio da outra prova, o tempo para a realização dos exames era de 2 horas, sendo que na prova oral o aluno examinado teria 10 minutos para responder a cada membro da banca.

O conteúdo de matemática que figuravam nos programas da década de 20, eram os conteúdos de aritmética e geometria básica. Tais conteúdos visavam atender as necessidades práticas dos alunos na sociedade. Com destaque para os livros *Aritmética elementar* de Antônio Trajano e de *Geometria Elementar* de Tito Cardoso, livros utilizados na referida época.

REFERENCIAS

CARDOSO, W.C.R. **“Alma e coração”**: o instituto histórico e geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará Republicano (1900-1920). Dissertação. (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação - Universidade Federal do Pará, 2013

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, Porto Alegre, 2, 1990. 177-229p

COELHO, M. O. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 213p. (Tese de Doutorado). Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2008

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: SBHE, n. 1, p. 9-44, 2001.

MORAES, F. T. de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação - Universidade Federal do Pará, 2011.

PARÁ, Governo do Estado. Decreto de 3356 de sete de maio de 1918. Altera o regulamento do Ensino Primário do Estado do Pará. Belém: imprensa oficial do Estado do Pará, 1918

PARÁ, Governo do Estado. Programas de ensino revistos e mandados adotar pelo Conselho Superior do Ensino Primário em 1929. Belém-PA: oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1929

PARÁ, Governo do Estado. Programas para os exames de estudos primários de 1920. Diretoria da instrução pública primária. Belém-PA: TYP da Imprensa Oficial, 1920

VALENTE, W.R. & GUIMARAES, H. M. E. Investigar a história do ensino da Matemática: algumas problemáticas e questões. **Quadrante**, Vol. XVII, N° 1, Lisboa, 2008

VALENTE, W.R. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**. V2.2, p.28-49, UFSC: 2007

VINÃO, A. La história de las disciplinas escolares. **Revista interuniversitária**. História de la Educacion, n:25, pp 243-269, 2006